



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ

PARECER JURÍDICO

Ref. Análise de Documentos de Aviso de Dispensa

Processo Administrativo nº. 0110042024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUTAR A REFORMA DA COBERTA DO COMPLEXO DE SAÚDE MAURO HENRIQUE CARDOSO COSTA, LOCALIZADO NA RUA SABINO ROBERTO, CENTRO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME DEMANDA E TERMO DE REFERENCIA.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA. OBRAS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E LEI COMPLEMENTAR N.º 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

- É dispensável a realização de licitação na forma do art. 75, I, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
- Tendo a contratação atendido aos requisitos de validade e aos preços regulares de mercado, é possível sua celebração na forma apresentada.

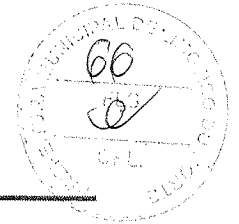
Trata-se de procedimento de gestão administrativa que visa a aquisição/contratação de bens/serviços, para o exercício de 2024, por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação, fundamentada no art. 75 da Lei nº. 14.133/2021.

RELATÓRIO:

A presente manifestação jurídica, solicitada pelo Agente de Contratação do Município de Limoeiro do Norte, tendo como objetivo analisar os trâmites e documentos relacionados ao procedimento licitatório em epígrafe.

Trata-se de um ato ínsito à fase preparatória da licitação, cujo fundamento está previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ

Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I – apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II – redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

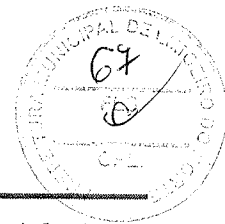
Posto isto, a presente manifestação não se vinculará aos aspectos técnicos envolvidos no objeto/serviço solicitado pelo órgão demandante, mas aos aspectos jurídicos intrínsecos ao procedimento, motivo pelo qual os documentos apresentados, terão seus conteúdos considerados como verossímeis, sem prejuízo de apuração de eventual apuração de responsabilidade caso não reflitam no real atendimento do interesse público.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

Trata-se de procedimento de gestão administrativa que visa a aquisição/contratação de bens/serviços, para o exercício de 2024, por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação, fundamentada no art. 75 da Lei nº. 14.133/2021.

Consta nos autos que a necessidade da referida aquisição foi justificada no Documento de Formalização da Demanda acostado aos autos, elaborado pela (indicar a área demandante). No (documento que solicita a manifestação da assessoria jurídica), assevera o Agente de Contratação que os autos do processo (indicar o número do processo) foram enviados a ele, para elaboração do aviso de contratação direta, para dispensa de licitação eletrônica.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ

Consta nos autos minuta do Aviso de Contratação Direta processo Administrativo Nº. 0110042024, para análise. Por fim, foram enviados os presentes autos para esta Assessoria Jurídica, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

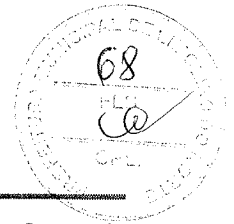
É que merece ser relatado. OPINO.

Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Nos moldes previstos no artigo 75, I, da Lei nº. 14.133/21, com atualização de valores dada pelo Decreto nº 10.922/2021, a licitação será dispensável quando a aquisição envolva o emprego de recursos inferiores a R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores. Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ



Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Assim, a IN SEGES/ME N.º 67/2021, dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei n.º 14.133/21, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, com a finalidade de dotar de maior transparência os processos de aquisição de menor valor.

No caso em comento, busca-se a aquisição/contratação de bens/serviços, cuja justificativa encontra-se inicialmente no Documento de Formalização da Demanda, elaborado pela (área demandante). Conforme consta nos autos eletrônicos, foram elaborados estudo técnico preliminar e análise de riscos, os quais foram ratificados pela (área de lotação do ordenador de despesa).

O preço máximo total estimado para a prestação dos serviços, conforme se extrai do Termo de Referência (pesquisa de mercado, mapa de preços), elaborado pelo setor demandante, se apresenta inferior ao limite estabelecido no artigo 75, I, da Lei n.º 14.133/21. No caso em tela, o preço máximo admitido para a presente aquisição tomou por referência (descrever de forma sucinta como se deu a pesquisa de preços e indicar o documento que traz a memória de cálculo para estabelecimento do preço de referência). Assim, a pesquisa de preços foi efetivada na forma do art. 23 da Lei n.º 14.133/21, mostrando-se satisfatória.

Deve-se ressaltar que os autos contêm toda documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei n.º 14.133/21. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme indicação nos autos da presente Dispensa eletrônica (despacho contábil).



PREFEITURA DE
LIMOEIRO DO NORTE
Procuradoria Geral do Município



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ

Ante o exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação direta, inclusive da minuta do Aviso de Contratação Direta do Procedimento Administrativo Nº. 0110042024, para a aquisição/contratação de bens/serviços, por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação, fundamentada no art. 75, I, da Lei nº. 14.133/2021, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito.

É O PARECER, s.m.j.

Limoeiro do Norte-CE, 15 de Abril de 2024

Sâmara Yandra Costa de Castro Machado
Sâmara Yandra Costa de Castro Machado

Procuradora de Consultoria e Contencioso
OAB/CE 31.831

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - ATOS NORMATIVOS - ATO: 003/2024

ATO N.º 003, DE 12 DE MARÇO DE 2024.



Designa Procuradora do Município para emitir pareceres sobre licitações.

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Procuradora de Consultoria e Contencioso da Procuradoria-Geral do Município (PGM), doutora **SÂMARA YANDRA COSTA DE CASTRO MACHADO**, nomeada através da Portaria n.º 273, de 11.03.2024, publicada na página 8 do DOM n.º 1663 da mesma data, para emitir pareceres junto à Comissão de Licitações e Pregões da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte/Ce, por tempo indeterminado.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Limoeiro do Norte/CE, 12 de março de 2024.

ERIANO MARCOS ARAÚJO DA COSTA,
Procurador-Geral do Município

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - ATOS NORMATIVOS - PORTARIA: 024/2024

Portaria n.º 024/2024 - SAAE/LNO/SUP de 12 de março de 2024.

O Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto da cidade de Limoeiro do Norte/CE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei de Criação n.º 053/65, conforme Ato Normativo – Portaria n.º 220/2024 de 21 de fevereiro de 2024 da Senhora Prefeita Municipal de Limoeiro do Norte/CE em Exercício, a Lei n.º 1.086/2005 de 21 de fevereiro de 2005,

RESOLVE:

1. **CONCEDER** meia diária do valor unitário de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), importando o valor de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais), ao Senhor Francisco Ednardo Costa de Moura - Assistente de Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Limoeiro do Norte/CE, para se deslocar a cidade de Fortaleza/CE, no dia 13 de março de 2024, para participar de reunião na ARCE - Agência Reguladora do Estado do Ceará, para tratar de assuntos relacionados a coleta de informações referente aos aspectos normativos e tarifários dos serviços prestados pelo SAAE.

2. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pedro Roberto Nobre
Superintendente

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - ATOS NORMATIVOS - PORTARIA: 025/2024

Portaria n.º 025/2024 - SAAE/LNO/SUP de 12 de março de 2024.

O Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto da cidade de Limoeiro do Norte/CE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei de Criação n.º 053/65, conforme Ato Normativo – Portaria n.º 220/2024 de 21 de fevereiro de 2024 da Senhora Prefeita Municipal de Limoeiro do Norte/CE em Exercício, a Lei n.º 1.086/2005 de 21 de fevereiro de 2005,

RESOLVE:

1. **CONCEDER** meia diária do valor unitário de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), importando o valor de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais), ao Senhor Carlos Vangerre de Almeida Maia -

